

A FILOSOFIA DA HISTÓRIA KANTIANA E A EDUCAÇÃO

Alonso Bezerra de CARVALHO*

RESUMO: Kant é conhecido como um dos mais importantes filósofos do “século das luzes”, que define apropriadamente o significado filosófico, político, espiritual, religioso, cultural e histórico do espírito de sua época. Apresento uma leitura reflexiva sobre alguns de seus textos que marcam a história da filosofia moderna, cujo conteúdo contribuiu na formulação de uma nova concepção de mundo e de homem. Para Kant, ao orientar o educando à humanidade, no trato com os outros, isto é, aos sentimentos cosmopolitas, convém também orientá-los a dar pouco valor ao gozo dos prazeres da vida. Na filosofia da educação kantiana, o ato pedagógico deve garantir que os interesses do homem estejam voltados a si próprio, àqueles que os cercam e, enfim, ao bem universal.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia da História; Razão; Sujeito; Liberdade

THE PHILOSOPHY OF KANTIAN HISTORY AND THE EDUCATION

ABSTRACT: Kant is known as one of the most important philosophers of “century of the lights”, that he appropriately defines the philosophical, politician, spiritual, religious, cultural and historical meaning of the spirit of its time. I present a reflexive reading on some of its texts that mark the history of the modern philosophy, whose content had contributed in the formularization of a new conception of world and man. For Kant, when guiding educating to the humanity, in the treatment with the others, that is, to the cosmopolitas feelings, it also must be guided to give them little value to the joy of the pleasures of life. In the philosophy of the kantian education, the pedagogical act must guarantee that the interests of man come back to itself, to that surround them and at last, to the universal good.

KEY-WORDS: Philosophy of History; Reason; Citizen; Freedom

A FILOSOFIA DA HISTÓRIA KANTIANA

A filosofia da educação de Kant pode ser ancorada em sua filosofia da história. No texto *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (Kant, 1986), vamos encontrar elementos que, se ao mesmo tempo favorecem a compreensão kantiana da história, propiciam, por extensão, entender a sua filosofia da educação. Para Kant, a história (*Geschichte*) é a história das ações humanas, é a manifestação do jogo da *liberdade da vontade humana*, que, dotada de um curso regular, fornece um sentido àquilo que se mostra confuso e irregular nos sujeitos individuais. A ação educativa, por exemplo, precisa ser olhada naquilo que ela representa para o conjunto da espécie humana, isto é, a sua determinação como fator que irá cumprir as leis naturais universais. Parece-me que é justamente isto que Kant quer dizer, quando afirma que

os homens, enquanto indivíduos, e mesmo povos inteiros mal se dão conta de que, enquanto perseguem propósitos particulares, cada qual buscando seu próprio proveito e freqüentemente uns contra os outros, seguem inadvertidamente, como a um fio condutor, o propósito da natureza, que lhes é desconhecido, e trabalham para a sua realização (KANT, 1986, p.10, grifo nosso).

É na natureza que se deve procurar o sentido da ação humana. Seria infrutífero pressupor que houvesse nos homens e nos seus jogos um *propósito* racional próprio, em si. Cumpre a quem queira compreender o homem descobrir, no curso absurdo das coisas humanas, uma intenção que possibilite uma história segundo um determinado plano da natureza para criaturas que procedem sem um plano próprio. É essa idéia que percorre os textos que vamos aqui analisar. Neles, Kant considera o homem como um ser dotado de potencialidades que podem e precisam ser desenvolvidas para a realização máxima de suas disposições originais, que é o aperfeiçoamento cada vez maior da humanidade.

Para aproveitar da maneira mais razoável possível as idéias kantianas, considero que não é impeditivo fazer uma conexão entre o que ele pensa sobre a filosofia da história e aquilo que estou denominando de filosofia da educação kantiana. Tentarei indicar a seguir como e se isso é possível.

Se há um fio que conduz os jogos da liberdade da vontade humana, é certo também que esse mesmo fio norteia o ato

* Doutor em Filosofia da Educação pela USP e Professor do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Assis, SP. Av. Dom Antônio, 2100. CEP: 19806-900. Parque Universitário. E-mail: alonsobc@assis.unesp.br

pedagógico. Desse modo, o texto *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* e o *Sobre a Pedagogia* se complementam. Kant, no primeiro texto, defende como proposição primeira a idéia de que "todas as disposições naturais de uma criatura estão destinadas a um dia se desenvolver completamente e conforme um fim" Kant (1986, p.11). Isto quer dizer que há uma teleologia na natureza que, se desconsiderada, teríamos um jogo sem finalidade, e onde deveria existir uma racionalidade encontraríamos uma profunda desordem. O progresso inerente à natureza – orientado para a sua perfeição - será melhor compreendido quando encontramos as leis que a regulam, quando encontramos o fio condutor da razão.

Mas, como essas disposições se manifestam no homem? Aqui é preciso entender que, para Kant, o homem é a única criatura racional sobre a Terra e que esta disposição natural só poderá desenvolver-se não no homem como indivíduo e sim como espécie. Considerar o homem como uma criatura dotada da faculdade racional favorece a prática educativa, porque permite a ampliação do uso de suas forças para além do instinto natural. As tentativas, os exercícios e os ensinamentos fazem progredir, aos poucos, de um grau de inteligência a outro, situação que no final conduzirá a espécie humana e "o germe da natureza àquele grau de desenvolvimento que é completamente adequado ao propósito [da humanidade]" Kant (1986, p.11). A educação é, nesse horizonte, o meio que vai favorecer esse progredir permanente. Portanto, o objetivo de todos os esforços educativos precisam ir na direção de se fazer cumprir o desenvolvimento das disposições naturais do homem - segundo um fim - que, se não for cumprido, o jogo da natureza seria considerado um jogo infantil e inútil.

Conhecer os desígnios da natureza, desenvolvê-los, é fazer com que o homem tire inteiramente de si tudo o que ultrapassa a ordenação mecânica de sua existência animal, dando as condições para que ele participe da realização do fim que lhe interessa. Por meio da própria razão, livre do instinto, edifique a existência humana no rumo da felicidade e da perfeição. Não é gratuito nem supérfluo que a natureza dotou o homem dessas potencialidades - a razão e a liberdade da vontade. Guiado por elas, o homem é capaz de tirar tudo de si mesmo.

A obtenção dos meios de subsistência, de suas vestimentas, a conquista da segurança externa e da defesa (razão pela qual a natureza não lhe deu os chifres do touro, nem as garras do leão, nem os dentes do cachorro, mas somente mãos), todos os prazeres que podem tornar a vida agradável, mesmo sua perspicácia e prudência e até a bondade de sua vontade tiveram de ser inteiramente sua própria obra (KANT, 1986, p.12).

Elevar o homem ao seu grau máximo de perfeição pode ser, nestes termos, uma das atribuições da educação. A ela cumpre polir, esclarecer, e que o homem possa por seu trabalho sair do estado de máxima rudeza em direção à máxima destreza e à perfeição do modo de pensar e, por conseguinte, à felicidade. Nesse caso, as gerações pretéritas têm como tarefa preparar às gerações futuras

um degrau a partir do qual elas possam elevar mais o edifício que a natureza tem como propósito, e que somente as gerações posteriores devem ter a felicidade de habitar a obra que uma longa linhagem de antepassados (certamente sem esse propósito) edificou, sem mesmo poder participar da felicidade que preparou (KANT, 1986, p.13).

Dificuldades não deixarão de existir, porém elas fazem parte do processo que garantirá a construção de uma vida digna. A sociedade cosmopolita não está no início nem durante o processo, por isso é preciso chamar atenção para o fato de que há uma permanente tensão na realização das forças naturais. Os homens estão dotados da capacidade de se antagonizarem para o desenvolvimento de todas as suas disposições naturais. O antagonismo torna-se ao fim a causa de uma ordem regulada por leis. Kant chama-o de "a **insociável sociabilidade**", isto é, a inclinação dos homens "a entrar em sociedade", mas com a tendência de "uma oposição geral que ameaça constantemente dissolver essa sociedade". A natureza semeou essa disposição no homem e faz dela o meio para que se cumpra a sua finalidade.

Temos no homem a tendência para *associar-se*, porque assim se sente mais como homem, entretanto, está disposto também a *separar-se* (isolar-se), querendo conduzir tudo em seu proveito, mesmo sabendo que terá oposição, o que o levará também a se opor.

É esta resistência que desperta todas as forças do homem e o induz a vencer a inclinação para a preguiça e, movido pela ânsia de honras, do poder ou da posse, para obter uma posição entre os seus congêneres, que ele não pode suportar, mas de que também não pode prescindir (KANT, 1995, p.25).

Vemos com isso as bases que retirarão o homem de seu estado selvagem e o conduzirão ao estado de cultura (*Kultur*), desenvolvendo os seus talentos, formando os seus gostos e, através de um iluminar-se progressivo, fundando um modo de pensar que pode transformar

as grosseiras e toscas disposições naturais em princípios práticos determinados, vão garantir o discernimento *moral* na sociedade.

A *insociável sociabilidade* é o meio que faz com que os homens não fiquem restritos às suas pretensões egoístas ou numa perfeita concórdia, mas proporcionar-lhes sair de seu estado de rudeza em vista de seu fim como natureza racional. A vaidade, a inveja e o desejo de ter e de dominar –

sem eles todas as excelentes disposições naturais da humanidade permaneceriam sem desenvolvimento num sono eterno. O homem quer a concórdia, mas a natureza sabe mais o que é melhor para a espécie: ela quer a discórdia. Ele quer viver cômoda e prazerosamente, mas a natureza quer que ele abandone a indolência e o contentamento ocioso e lance-se ao trabalho e à fadiga, de modo a conseguir os meios que ao fim o livrem inteligentemente dos últimos (KANT, 1996, p.44).

Essa conduta é uma das condições para o homem elevar-se a um valor mais alto do que os animais, impelindo-o a uma tensão renovada das forças e a um maior desenvolvimento das disposições naturais.

Kant postula a idéia de se constituir uma sociedade cosmopolita, perfeita e feliz. Os germes dispostos na natureza humana devem ser desenvolvidos de tal maneira que proporcionem *“alcançar uma sociedade civil que administre o direito”*, uma sociedade onde haja o resguardo dos limites da liberdade entre os seus membros, fundado num poder irresistível, ou seja, numa *constituição civil* perfeitamente *justa*. A necessidade maior para que a espécie humana atinja o seu fim é entrar nesse estado de coerção. Se a insociabilidade gera *“toda cultura e toda arte que ornamentam a humanidade”*, por outro lado, ela dá as condições para a instauração da disciplina que vai garantir *“a mais bela ordem social”*.

Assim como as árvores num bosque, procurando roubar uma às outras o ar e o sol, impelem-se a buscá-los acima de si, e desse modo obtêm um crescimento belo e aprumado, as que, ao contrário, isoladas e em liberdade, lançam os galhos a seu bel prazer, crescem mutiladas, sinuosas e encurvadas (KANT, 1986, p. 15).

do mesmo modo deve ser a busca de um sociedade melhor e perfeita¹.

Temos no homem duas instâncias que precisam tornar-se harmônicas. De um lado, está a propensão ao egoísmo, à selvageria, que, se perdurar, destrói qualquer possibilidade de formação de uma sociedade livre e perfeita; mas há no homem, também, quando vive entre outros de sua espécie, o desejo e a necessidade de um senhor,

de normas que regularão as suas ações. O homem, sendo um animal racional, ao mesmo tempo em que *“abusa de sua liberdade relativamente a seus semelhantes”*, deseja, como criatura racional, uma lei que limite a liberdade de todos, um senhor a fim de disciplinar sua tendência animal para o egoísmo. *“Ele tem necessidade de um senhor que quebre sua vontade particular e o obrigue a obedecer à vontade universalmente válida, de modo que todos possam ser livres”* Kant (1986, p.15-6). Todavia, Kant não tem muita esperança de que encontremos esse senhor – *“a mais difícil das tarefas”* – na espécie humana, mesmo porque, *“de uma madeira tão retorcida, da qual o homem é feito, não se pode fazer nada reto”*, mas é nela que devemos buscá-lo. Esse *senhor* – a constituição civil perfeita –, *justo por si mesmo*, sem deixar de ser um homem, edificar-se-á se tivermos em linha de conta a sua virtualidade, como uma *“missão da natureza”* que, para se desenvolver, precisa ser cultivada. Para tanto, não basta termos apenas *“conceitos exatos da natureza de uma constituição possível”*, mas também *“uma grande experiência adquirida através dos acontecimentos do mundo e, acima de tudo, uma boa vontade predisposta a aceitar essa constituição”* (Kant, 1986: 16). A conjugação desses três pontos – o juízo científico, o juízo de fato e o juízo moral –, que não se dá de uma hora para outra, é que levará à constituição desse senhor. Portanto, o “belo sonho” de um sociedade cosmopolita será obra do próprio homem. Essa mesma problemática encontramos nas reflexões de Kant sobre a educação. A educação, na filosofia kantiana, torna-se uma oportunidade para a espécie humana construir ela mesma sua própria existência.

Entretanto, é bom salientar que esse progresso da humanidade, tendo em vista a realização de sua destinação, está ainda para ser efetivado. Kant indica que é preciso antes ter consciência dele. A história da espécie humana deve ser considerada, em seu conjunto, como a realização de um plano oculto da natureza para estabelecer uma constituição política que, se realmente concretizada, garantirá *“o único estado no qual a natureza pode desenvolver plenamente, na humanidade, todas as suas disposições”* Kant (1986, p.20). A idéia de progresso é fundamental aqui. Ela esclarece aquilo que Kant não perde de vista: que há um curso nos propósitos da natureza que podemos conhecer, tal como há um *“curso do nosso sol junto com todo o cortejo de seus satélites no grande sistema de estrelas fixas”*. Dotados que estamos de uma disposição racional, jamais podemos ser indiferentes em relação ao *“advento de uma era feliz para os nossos descendentes”*. Preservar e ampliar a liberdade civil² é a conduta correta para se fazer cumprir a finalidade

da natureza. Se se impede o cidadão de procurar seu bem-estar por todas as formas que lhe agradem, desde que possam coexistir com a liberdade dos outros, tolhe-se assim a vitalidade da atividade geral e com isso, de novo, as forças do todo (KANT, 1986, p.21).

Informa-nos Kant que a instauração de uma constituição política perfeita interior e exteriormente – um Estado – é um dos caminhos que a espécie humana deve trilhar, para desenvolver o que lhe destina a natureza, que é elevá-la ao mundo esclarecido. Porém, a preocupação kantiana é a de que,

enquanto os Estados empregarem todas as suas forças em propósitos expansionistas ambiciosos e violentos, impedindo assim continuamente o lento esforço de formação interior (inneren Bildung) do modo de pensar de seus cidadãos, privando-os mesmo de qualquer apoio neste propósito, nada disso pode ser esperado, porque para isto requer-se um longo trabalho interior de cada república (gemeines Wesen) para a formação de seus cidadãos (KANT, 1986, p.19).

Significa dizer que, se todo bem não estiver “*enxertado numa intenção moralmente boa*”, ele “*não passa de pura aparência e cintilante miséria*” (Cf. Kant, 1986: 19) Apesar dos propósitos egoístas dos homens, o Esclarecimento (*Aufklärung*) torna-se o “*grande bem*” que o gênero humano deve almejar. E Kant arremata: este Esclarecimento “*precisa aos poucos ascender até os tronos e ter influência mesmo sobre os princípios de governo*”³.

Embora o estágio de aperfeiçoamento moral do mundo esteja distante, não se pode perder “*a esperança de que, depois de várias revoluções e transformações, finalmente poderá ser realizado um dia aquilo que a natureza tem como propósito supremo, um estado cosmopolita universal, como seio no qual podem se desenvolver todas as disposições originais da espécie humana*”⁴ KANT (1986, p. 21-2). A tentativa kantiana de estabelecer uma filosofia da história funda-se na idéia de elaborar “*a história universal do mundo (Weltgeschichte)*”⁵ segundo um plano da natureza que vise à perfeita união civil na espécie humana”. Em que pese o estranhamento que tal intento desperta, vemos em Kant o desejo de apreender no “*jogo da liberdade humana*” um plano, um propósito final, um fio condutor que norteie as ações humanas. Mesmo que aparentemente nos seja apresentado um estado caótico, uma desordem, “*um agregado sem plano das ações humanas*”, é possível descobrir nele um curso regular. Sempre permaneceu um germe do Esclarecimento, que nos prepara a grau mais elevado de aperfeiçoamento.

Neste aspecto, a filosofia da história de Kant talvez possa ser complementada com sua filosofia da educação. O projeto de “*redigir uma história (Geschichte) segundo uma idéia de como deveria ser o curso do mundo, se ele fosse adequado a certos fins racionais*”, sistematizado num fio condutor a priori,

pode servir não apenas para o esclarecimento do tão confuso jogo das coisas humanas ou para a arte de predição política das futuras mudanças estatais (...), mas que abre também uma perspectiva consoladora para o futuro, na qual a espécie humana será representada num porvir distante em que ela se elevará finalmente por seu trabalho a um estado no qual todos os germes que a natureza nela colocou poderão desenvolver-se plenamente e sua destinação aqui na Terra ser preenchida (KANT, 1986, p.23).

Talvez a educação possa “dar uma mãozinha” para isso.

A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO KANTIANA

O texto *Sobre a pedagogia* começa com uma afirmação categórica, bem ao estilo de Kant: “*o homem é a única criatura que precisa ser educada*” (Kant, 1996: 11). Nessa posição, constatamos aquilo que tem preocupado grande parte dos filósofos, isto é, o caráter racional da espécie humana, em detrimento da irracionalidade e selvageria dos animais.

Para desenvolver a sua idéia, Kant afirma que por educação se pode entender tanto os cuidados para com a infância – a conservação, constituída pelas “*precauções que os pais tomam para impedir que as crianças façam uso nocivo de suas forças*” e pela alimentação -, como também a disciplina e, por fim, a formação e a instrução. Essas três potencialidades presentes nos homens os diferenciam dos animais. Os cuidados não fazem parte da ação animal - a força despendida serve apenas para que não prejudiquem a si mesmos. O mesmo acontece quanto à disciplina. Se para os homens ela representa o meio que o impede de desviar-se do seu destino, de sua humanidade, para os animais ela é desnecessária, pois eles são possuídos de instintos e por isso já são “*tudo aquilo que [podem] ser*”. No homem, a disciplina é puramente negativa, pois tira dele a selvageria, em direção à humanidade. Diz Kant que

a disciplina submete o homem às leis da humanidade e começa a fazê-lo sentir a força [coerção] das próprias leis. Assim, as crianças são mandadas cedo à escola, não para que aí aprendam alguma coisa, mas para que aí se

acostumem a ficar sentadas tranqüilamente e a obedecer pontualmente àquilo que lhes é mandado, afim de que no futuro elas não sigam de fato e imediatamente cada um de seus caprichos [...] Assim, é preciso acostumá-lo logo a submeter-se aos preceitos da razão (KANT, 1996, p.12-3).

A instrução, por sua vez, é a parte positiva da educação. Ela vai garantir à espécie humana o cumprimento de sua finalidade, que é chegar a um estado melhor no futuro. É preciso cuidar da disciplina e da instrução para que, se descuidadas, não permitam aos homens continuarem no estado de brutalidade e selvageria.

Portanto, a perfeição da natureza humana é a finalidade que cada geração deve deixar como herança para as gerações futuras. A educação atual *deve ser* de tal maneira que possa proporcionar o aperfeiçoamento da humanidade. *“É entusiasmante pensar que a natureza humana será sempre melhor desenvolvida e aprimorada pela educação”*, abrindo a possibilidade *“para uma futura felicidade da espécie humana”* Kant (1996, p.17). Esse é o *“belo sonho”* posto pelo iluminismo kantiano. E, como diz Kant, não é porque não conseguimos realizá-lo que não podemos concebê-lo como uma *“Idéia”*. *“Uma Idéia não é outra coisa senão o conceito de uma perfeição que ainda não se encontra na experiência...[Assim], a Idéia de uma educação que desenvolva no homem todas as suas disposições naturais é verdadeira absolutamente”* Kant (1996, p.17). Essa passagem indica que Kant concebe uma filosofia da educação ou, como ele próprio denomina, uma *“teoria da educação”*

Na filosofia da educação kantiana, é concebido e considerado existente um *sentido* para a espécie humana – um sentido teleológico. A natureza dispôs nos homens sementes de humanidade e nestas estão contidas o destino do homem. Cabe à educação cultivar essas sementes para que se desenvolvam bem e dêem bons frutos. Se os animais cumprem o seu destino espontaneamente e sem o saber, o homem, por sua vez, não é obrigado a tentar consegui-lo sem antes ter dele um conceito. Isto quer dizer que *“o indivíduo humano não pode cumprir por si só esta destinação..., esta finalidade, pois, não pode ser atingida pelo homem singular, mas unicamente pela espécie humana”* (KANT, 1996, p.19).

Os limites dos animais e as possibilidades dos homens marcam o Iluminismo. Nele, temos evidentes o desejo e a crença nos poderes da razão. Essas disposições racionais, presentes no homem, possibilitam que ele faça da educação uma arte, ou seja, uma atividade criadora, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. Assim, o melhoramento da espécie humana, o seu aperfeiçoamento,

pela educação, em direção ao bem, depende, para se desenvolver, do próprio homem. Como diz Kant, as disposições para o bem não estão prontas, não se desenvolvem por si mesmas - a felicidade ou a infelicidade humana dependem do próprio homem, cabe a ele desenvolvê-las. *“Tornar-se melhor, educar-se e, se se é mau, produzir em si a moralidade: eis o dever do homem... A educação, portanto, é o maior e o mais árduo problema que pode ser proposto aos homens”* (KANT, 1996, p.20).

A responsabilidade pela educação, atribuída ao homem, decorre das conseqüências malélicas ou benéficas que podem provocar na vida das gerações futuras. Essa dimensão ética do processo educativo significa que os conhecimentos produzidos pela espécie humana devem ter como finalidade não apenas garantir como também desenvolver as disposições naturais do homem para a razão e para a liberdade. Portanto, a arte de educar - o processo educativo, o ato pedagógico -, e o seu desenvolvimento, não podem ser mecânicos, mas baseados numa conduta racional, tornando necessário um plano que ordene a ação. *“É preciso colocar a ciência em lugar do mecanicismo, no que tange à arte da educação; de outro modo, esta não se tornará jamais um esforço coerente; e uma geração poderia destruir tudo o que uma outra anterior teria edificado”* (KANT, 1996, p. 22).

A filosofia da educação, proposta por Kant, tem como princípio a idéia de progresso. A educação deve visar a superar o estado presente. De nada valeria educar permanecendo nos limites das condutas do homem atual. É preciso vislumbrar um estado melhor de vida para a humanidade, no futuro. Se o mundo é corrupto ou mentiroso, necessita-se formular um conceito e uma prática educativa que ultrapassem esse estado de coisas. Kant vai dizer que *“o estabelecimento de um projeto educativo deve ser executado de modo cosmopolita”* (Kant, 1996: 23). O que significa que o estado melhor no futuro que a educação pode criar teria como finalidade o bem geral e a perfeição da humanidade. Uma boa educação é aquela que desenvolve em toda sua plenitude os germes que são depositados no homem pela natureza ou, como diz Kant, pela Providência. Pois, *“não há nenhum princípio do mal nas disposições naturais do ser humano. A única causa do mal consiste em não submeter a natureza a normas. No homem não há germes[sementes], senão para o bem”* (KANT, 1996, p.24).

À educação cabe desenvolver as sementes do bem; ao ato pedagógico incumbe estar de acordo com a finalidade da natureza, que é *“cuidar do desenvolvimento da humanidade”*. Para a realização

desse objetivo, cumpre ao homem ser disciplinado, que consiste em domar a selvageria; tornar-se culto, isto é, estar de posse de uma capacidade, de habilidades – ler, escrever, música - condizente com todos os fins que se almeja; ser prudente, que se acomode à sociedade humana, se torne popular e tenha influência; seja civilizado, não se servindo dos outros homens apenas para os seus fins e, finalmente, cuidar da moralização, ou seja, que somente escolha fins autenticamente bons e universais.

Essas idéias só se concretizarão quando abandonarmos a conduta que faz com que as crianças, ao invés de pensar, são treinadas, como se isso fosse o suficiente. Deveríamos, de antemão, conceber que o homem é um sujeito moral e a moralidade não pode estar dissociada da liberdade. Por isso, é *“importante ensinar às crianças a odiar o vício por virtude, não pela simples razão de que Deus o proibiu, mas porque é desprezível por si mesmo”* (Kant, 1996: 28). Ao comportar-se assim, superamos o estado de menoridade ao qual estávamos submetidos.

Na filosofia da educação de Kant, a natureza humana não é algo dado, mas está nas mãos dos homens criá-la, formá-la e transformá-la. O homem é o único responsável. Luc Vicenti destaca que, nesse caso, “a educação afirma-se como o lugar desse nascimento do homem, nascimento pelo qual só o homem pode ser considerado responsável” (Vicenti, 1994: 11). Só podemos fazer os homens felizes se os tornamos morais e sábios. Vê-se, então, que, numa primeira etapa, exige-se do educando um comportamento passivo, obediente, mecânico, por meio dos cuidados que a ele são dispensados e, num segundo momento, é necessário criar as condições que lhe permitam usar a sua reflexão e a sua liberdade, desde que as submeta a certas regras, que são racionais. E aqui surge uma questão fundamental: como conciliar a submissão ao constrangimento das leis (regras) com o exercício da liberdade? Se o constrangimento é necessário, como cultivar a liberdade?

Para responder a essas indagações, Kant constrói três regras: a primeira considera que é preciso dar liberdade à criança desde a primeira infância e em todos os seus movimentos, com a condição de não impedir a liberdade dos outros; a segunda diz que devemos mostrar à criança que ela pode conseguir seus propósitos, com a condição de que permita aos demais conseguir os próprios e, a terceira contempla a idéia de que é preciso provar que o constrangimento, que lhe é imposto, tem por finalidade ensinar a usar bem da sua liberdade - que a educamos para que possa ser livre um dia, isto é, dispensar os cuidados de outrem. Portanto, a liberdade é o fim, mas também o meio

para o desenvolvimento do saber do sujeito moral. A liberdade é pressuposto para se atingir a liberdade. Mas, para isso,

é preciso habituar o educando a suportar que a sua liberdade seja submetida ao constrangimento de outrem e que, ao mesmo tempo, dirija corretamente a sua liberdade. Sem esta condição, não haverá nele senão algo mecânico; e o homem, terminada a sua educação, não saberá usar sua liberdade. É necessário que ele sinta logo a inevitável resistência da sociedade [viva numa insociável sociabilidade], para que aprenda a conhecer o quanto é difícil bastar-se a si mesmo, tolerar as privações e adquirir o que é necessário para tornar-se independente (KANT, 1996, p.34).

A criança tem que saber-se livre para agir livremente. Essa é a educação que Kant vai denominar de educação prática, ao contrário da educação física, que é aquela que o homem tem em comum com os animais, ou seja, os cuidados com a vida corporal.

O desenvolvimento do homem, para que possa viver como um ser livre, tendo em vista a sua personalidade e, assim, não apenas bastando-se a si mesmo, mas constituindo-se como membro da sociedade, é o que podemos entender por educação prática ou moral. Essa educação estrutura-se na habilidade, na prudência e na moralidade.

Por habilidade, entende-se estar o homem dotado da capacidade de agir, por exemplo, agir racionalmente - da capacidade de pensar bem. Mais hábil será o homem que transformar essa capacidade num hábito, torná-la elemento essencial do seu caráter. A habilidade é necessária ao talento, à constituição da individualidade.

Quanto ao homem prudente, o que se exige dele é estar constituído da "arte de aplicar aos homens a [sua] habilidade, ou seja, de [se] servir dos demais para os [seus] objetivos" Kant (1996, p.91). Agindo assim, estará se preparando para se tornar um cidadão, um civilizado. Ele aprende tanto a tirar partido da sociedade civil para os seus fins, como a conformar-se à sociedade. *"A prudência é a capacidade de usar bem e com proveito a habilidade própria"* (Kant, 1996: 37). Diante disso, é possível afirmar que pode ocorrer que existam homens hábeis mas que não são prudentes.

O fundamental da educação proposta por Kant é que ela tenha em vista a moralidade. A moralidade diz respeito ao caráter e "se quer formar um bom caráter, é preciso antes domar as paixões" (Kant, 1996: 92). O sujeito moral é aquele que sabe moderar as suas inclinações, as suas tendências, suportando e acostumando-se a suportar, a recusar, a resistir a elas, não as deixando se tornarem

paixões. Para a efetivação dessa conduta, cumpre ao educando aprender, mas não em quantidade apenas, mas com profundidade. *"Vale mais saber pouco, mas sabê-lo bem, que saber muito, superficialmente"* Kant (1996, p.93). Portanto, uma ação tenderá a ter mais sucesso e ser boa, se estivermos dotados de um conhecimento sólido.

Ademais, o caráter "consiste na resolução firme de querer fazer algo e colocá-lo realmente em prática [...], pois um homem que toma uma decisão e não a cumpre, não pode ter confiança em si mesmo" Kant (1996, p.93). Para que as crianças, por exemplo, não adiem o cumprimento dos seus propósitos, mas solidifiquem o seu caráter moral, é preciso ensinar-lhes da melhor maneira, através de exemplos e com regras, os deveres a cumprir. A educação edificada nesse princípio deve garantir não a satisfação de desejos e inclinações, mas o comedimento e a sobriedade, o que vai conservar uma certa dignidade interior, fazendo do homem a criatura mais nobre de todas. Portanto, as crianças têm, primeiramente, deveres para consigo mesmas. A embriaguez, o vício e a intemperança colocam os homens abaixo dos animais. Numa educação moral, a dignidade humana deve estar em primeiro plano – que o homem preserve a dignidade humana em sua própria pessoa. Como afirma Kant, devemos *"fazer a criança perceber a dignidade humana em sua própria pessoa [...], [pois] a mentira torna o homem um ser digno do desprezo geral e é um meio de tirar a estima e a credibilidade que cada um deve a si mesmo"* Kant (1996, p.96). Vê-se, então, que parte da educação do homem, e isso de certa forma representa os ideais do Iluminismo, está nas mãos do próprio homem. A formação do caráter é um ato de liberdade. Cabe ao homem – sujeito moral - usá-la bem. Isto é feito, quando o homem coloca diante de si a idéia de humanidade e, adotando-a como modelo, pode criticar a si mesmo.

Todavia, o homem não é apenas indivíduo. Os deveres postos não são apenas para o homem individual cumprir. Há também os *"deveres para com os demais"*. Por isso, vamos encontrar em Kant a idéia de que *"deve-se inculcar desde cedo nas crianças o respeito e atenção aos direitos humanos e procurar assiduamente que os ponha em prática"* Kant (1996, p.96). Ao conduzir o homem a agir desse modo, estaremos concretizando em sua totalidade a idéia de humanidade. Deixamos de ser seres cruéis, ambiciosos e ávidos de prazeres, para nos dedicar exclusivamente ao ideal maior, que é construir a perfeição da natureza humana, em direção a um mundo melhor, no futuro.

No caráter do sujeito moral, que a educação pode e deve gerar, a inveja, a mentira, a soberba, a arrogância etc., devem ser afastadas. Na educação, tudo depende de uma coisa: que sejam estabelecidos bons princípios e que sejam compreendidos e aceitos pelas crianças. O homem não é bom e nem mau por natureza e, por isso, a sua moralidade é algo deliberado, é fruto da autonomia. Torna-se moral apenas quando eleva a sua razão até aos conceitos do dever e da lei. A razão é a instância que impulsiona o homem em direção às virtudes, em detrimento das tendências, inclinações ao vício que originariamente traz em si, pois o homem se torna desprezível a seus próprios olhos quando cai no vício, fato que faz necessário ensinar às crianças a lei que têm dentro de si.

As crianças, mesmo não tendo ainda o conceito abstrato do dever, da obrigação, da conduta boa ou má, entendem que há uma lei do dever e que esta não deve ser determinada pelo prazer, pelo útil ou semelhante, mas por algo universal que não se guia conforme os caprichos humanos (KANT, 1996, p.104-5)

Porém, se ainda não entendem a existência dessa lei, cabe à educação trazê-la à **luz** - a educação deve ser iluminista, tornando o homem digno de felicidade.

Ao orientar o educando à humanidade, no trato com os outros, isto é, aos sentimentos cosmopolitas, convém também orientá-los a dar pouco valor ao gozo dos prazeres da vida. Com isso, podemos concluir que na filosofia da educação kantiana o ato pedagógico deve garantir que os interesses do homem estejam voltados a si próprio, àqueles que os cercam e, enfim, ao bem universal.

Recebido em: 20/03/2004

Aprovado em: 23/04/2004

NOTAS

¹ No texto *Sobre a Pedagogia*, encontramos a mesma metáfora, situando-a no contexto da educação. Diz ela: *"uma árvore que permanece isolada no meio do campo não cresce direito e expande longos galhos; pelo contrário, aquele que cresce no meio da floresta cresce ereta por causa da resistência que lhe opõem as outras árvores, e, assim, busca por cima o ar e o sol"* (Kant, 1996: 24). O indivíduo não é um ser isolado, mas vive melhor se viver em sociedade, em

relações interindividuais. Por isso, a resistência é algo positivo. O antagonismo é o melhor meio para o desenvolvimento da natureza racional da espécie humana. Por isso a disciplina. Resistir, sofrer resistência, ser disciplinado leva o homem a reduzir o jogo das paixões, favorecendo a formação de um sujeito possuidor de um discernimento moral para viver em sociedade. É ótimo ser egoísta, porém mais ótimo ainda é saber que essa inclinação dá as condições para a edificação de uma sociedade civil perfeita.

- ² No texto sobre o esclarecimento, Kant aborda o tema da liberdade civil, inserindo-o num estranho paradoxo, encontrado em outros textos. Vejamos: “*um grau maior de liberdade civil parece vantajoso para liberdade de espírito do povo e no entanto estabelece para ela limites intransponíveis; um grau menor daquela dá a esse espaço o ensejo de expandir-se tanto quanto possa*” (Kant, 1974: 114). As ações humanas são constituídas pela diminuição das restrições impeditivas em direção ao esclarecimento, mas também pelo aumento das restrições que lhe são propícias.
- ³ Podemos observar essa posição de Kant no texto “Resposta à pergunta: que é ‘esclarecimento?’”. Nele, vamos encontrar a idéia de que “*a época do esclarecimento*” é “*o século de Frederico*”, um rei que pensa, um rei-filósofo. E Salinas Fortes conclui sobre isto dizendo que “*a aspiração do Iluminismo não era simplesmente a de que os reis e os monarcas se pusessem a escrever tratados de filosofia. E sim que a praticassem. Que a sabedoria, a razão, governassem de fato por seu intermédio*” e, de fato, Frederico coloca “*o poder do Estado a serviço do bem estar geral*” (Salinas Fortes, 1995: 76-7)
- ⁴ Se isso era possível realizar-se ou se se realizou e quais foram as suas conseqüências foi fustigado pelos frankfurtianos. No texto *O conceito de Iluminismo*, de Horkheimer, escrito em parceria com Adorno, começa dizendo que “*desde sempre o iluminismo, no sentido mais abrangente de um pensar que faz progressos, perseguiu o objetivo de livrar os homens do medo e de fazer deles senhores. Mas, completamente iluminada, a terra resplandece sob o signo do infortúnio triunfal. O programa do iluminismo era o de livrar o mundo do feitiço. Sua pretensão, a de dissolver os mitos e anular a imaginação, por meio do saber*” (Horkheimer, 1989: 3).
- ⁵ Ricardo Ribeiro Terra chama a atenção para essa novidade trazida por Kant. Para ele, “*Kant distingue claramente a ‘história (Historie) propriamente dita, composta apenas empiricamente’, da ‘história do mundo (Weltgeschichte), que de certo modo tem um fio condutor a priori’. A filosofia da história, a Weltgeschichte, não é composta pelo acúmulo de fatos, nem depende apenas de algum tipo de ordenação, nem diz respeito a uma maior ou menor amplitude na abordagem de diferentes povos e civilizações, não consiste na comparação dos costumes dos povos, não busca apenas as causas das instituições que existiram; a filosofia da história busca e afirma um sentido para o devir. Ela é o projeto de ‘redigir uma história (Geschichte) segundo uma idéia de como deveria ser o curso do mundo, se ele fosse adequado a certos fins racionais’*” (Terra In: Kant, 1986: 57-8)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FOUCAULT, Michel. O que é o Iluminismo. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). **Michel Foucault (1926-1984): o Dossier – últimas entrevistas**. Rio de Janeiro: Taurus, 1984. Curso inédito de Michel Foucault no Collège de France, 1983. Transcrição de Katharina Von Bülow. Dossier Michel Foucault. Publicado originalmente no Magazine Littéraire, 207, maio de 1984.
- HORKHEIMER, Max. **Textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- KANT, I. **El conflicto de las facultades**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1963.
- _____. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- _____. **Sobre a pedagogia**. Piracicaba: UNIMEP, 1996.
- _____. **Textos Seletos**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SALINAS FORTES, Luiz R. **O Iluminismo e os reis filósofos**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- TORRES FILHO, Rubens R. **Ensaio de filosofia ilustrada**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- VICENTI, Luc. **Educação e Liberdade: Kant e Fichte**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.